

Notas Explicativas Referente às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto Operacional

1.1. Denominação, Natureza, Sede e Duração

A Porto do Recife S/A. é uma sociedade de economia mista, de natureza jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, instituída pela Lei Estadual nº 11.735, de 30 de dezembro de 1999. A empresa está situada na Praça Comunidade Luso Brasileira, nº 70, Bairro do Recife, Recife/PE.

Em harmonia com os Planos e Programas do Governo Federal para o Setor Portuário, tem por objeto social realizar e executar atividades relacionadas ao de autoridade portuária, nos moldes da Lei 12.815, de 05 de junho de 2013 (Conversão da Medida Provisória nº 595) que revogou a Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 e Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, e dos Decretos nº 2.184, 24 de março de 1997, e 2.447, de 06 de junho de 1997.

A Porto do Recife atua na prestação de serviços para atendimento de navios de longo curso e cabotagem para importação e exportação de cargas nacionais e estrangeiras. O Porto também tem estrutura para receber navios de cruzeiro e possui um Terminal Marítimo de Passageiros.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board — IASB (conhecidos como International Financial Reporting Standards — IFRS), aplicado às Pequenas e Médias Empresas, que no Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, corresponde à Resolução 1.255/09 NBC TG 1.000 (CPC PME).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Porto do Recife S/A. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Porto do Recife S/A, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para a emissão pela administração da empresa em 20 de abril de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.



PORTO do RECIFE S.A.



2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3. Políticas Contábeis

As políticas contábeis representam os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas por uma entidade quando da preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras.

3.1 Caixa e Equivalente a Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa/bancos e aplicação de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos de caixa, banco e aplicação financeira, representados pelo custo acrescidos dos rendimentos vinculados às aplicações. As aplicações financeiras são classificadas no curto prazo e registradas pelo seu valor justo. A receita gerada pelos rendimentos das aplicações é reconhecida como receita financeira.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos valores a receber são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. As perdas são constituídas após a instauração de um processo de cobrança, findo o qual a administração julga os valores como incobráveis. Após a aprovação pelo Conselho Administrativo/Fiscal, baixa-se essa perda contra a conta clientes, extinguindo-se o direito.



PORTO do RECIFE S.A.



O valor estimado da constituição desta perda pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

3.3 Impostos e contribuições a recuperar

Ha diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos credores nas apurações de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Apresentam também impostos e contribuições antecipadas para futuras compensações.

Tais créditos são registrados pelo custo histórico e são atualizados pela SELIC.

3.4 Empréstimos e adiantamentos

Os empréstimos e adiantamentos correspondem aos valores referentes a adiantamentos para funcionários e a fornecedores.

3.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado estão mensurados pelo seu valor de custo deduzido da depreciação do imobilizado

Depreciação

A empresa optou por não utilizar valor residual para os seus imobilizados, de forma que ao final de sua vida útil, o valor contábil líquido dos bens registrados é zero. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas previstas na legislação fiscal em vigor, apropriada no resultado do exercício com base nas taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 9.

Levantamento Patrimonial

No exercício de 2022 a Porto do Recife S/A, contratou uma empresa especializada para realizar levantamento contábil, inventário (físico patrimonial), avaliação de bens imóveis e móveis da Porto do Recife S/A e bens da União (que estão sobre a guarda da Porto do Recife S/A), compreendendo também a realização do teste de recuperabilidade (impairment test), reavaliação de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, incluindo vida útil residual, conciliação contábil e assessoria para tratamento dos ajustes contábeis necessários, como também a baixa das sobras e bens inservíveis , perante a ANTAQ. Até o encerramento do exercício, o trabalho ainda se encontrava em andamento faltando finalização, junto ao sistema operacional da Porto do Recife S/A.



PORTO do RECIFE S.A.



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

3.6 Ativos Intangíveis

Os intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros de um intangível já reconhecido. Os demais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.7 Ativos da Concessão

Em junho de 2001, foi assinado um Convênio de Delegação (Convênio n° 02/2001) entre a União Federativa do Brasil (representada pelo Ministério dos Transportes, com a interveniência da Companhia Docas do Rio Grande do Norte — CODERN) e o Governo do Estado de Pernambuco, com a interveniência da Sociedade de Economia Mista Porto do Recife S/A). O referido convênio teve por objetivo a administração e exploração do Porto Organizado de Recife, nos termos da Lei n° 9.277 de 06 de junho de 1977.

Este ato caracteriza o surgimento de um contrato de concessão entre a União Federativa do Brasil (poder concedente) e o Porto do Recife S/A (concessionário). Uma característica desse tipo de contrato de prestação de serviços é sua natureza de serviço público, que fica sob a responsabilidade do concessionário. Outras características comuns a estes contratos são: (a) a parte que concede o contrato de prestação de serviços (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para a qual foi delegado o serviço; (b) o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente; (c) o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência desse contrato de prestação de serviços, ou determina a forma de cálculo para definição do preço; (d) o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao concedente ao final do contrato em determinadas condições previamente especificadas, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

Nestes tipos de contratos, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 — Contratos de Construção e CPC 47 — Receitas de Contrato com Cliente.

Amortização dos Ativos de Concessão

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Entidade tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.



PORTO do RECIFE S.A.



3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da contratação de serviços e compra de outros materiais. Estes passivos são reconhecidos pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver cobrança de juros sobre os mesmos.

As contas de fornecedores exigíveis após os 12 meses subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

Também são classificados no não circulante, as obrigações junto a fornecedores, as quais não se tem previsão para quitação da dívida.

3.9 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

As contas de obrigações trabalhistas e previdenciárias englobam salários e ordenados e seus encargos, bem como as retenções na fonte relativas à prestadores de serviço (Pessoa Física), as provisões de férias e seus respectivos encargos.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e estão apresentados pelo seu valor histórico, com correção dos débitos previdenciários.

3.10 Obrigações fiscais a recolher

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.11 Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



PORTO do RECIFE S.A.



3.12 Capital Social

O Capital Social da Porto do Recife S/A é composto por 1/3 (um terço) de ações ordinárias e 2/3 (dois terços) de ações preferenciais.

3.13 Reserva de capital

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

3.14 Reserva de lucros

As Reservas de Lucros são constituídas por valores recebidos da União e que transitam pelo Resultado como receitas. Esses se referem a subvenções para investimentos.

3.15 Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Fixo	2.000	2.339
Bancos - contas movimento	408.658	373.812
Bancos - aplicações de liquidez imediata	2.592.483	5.963
Valores em trânsito	-	-
Total	3.003.141	382.114

As disponibilidades apresentadas nas instituições financeiras correspondem aos recebimentos das operações de venda de serviço de armazenagem, alugueis arrendamento e tarifas portuárias.

As aplicações financeiras de liquidez imediata da empresa constituem, em sua totalidade, de renda fixa, e possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, podendo ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da empresa.

Os valores aplicados, são oriundos de recebimento de investimento do Governo do Estado de Pernambuco, para renovação e manutenção da infraestrutura Portuária.



PORTO do RECIFE S.A.



5. Contas a Receber de Clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber	3.657.869	4.957.104
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(524.566)	(868.763)
Total	3.133.303	4.088.340
Circulante	2.583.074	2.646.855
Não Circulante	550.229	1.441.486

Conforme disposto no Art. 183 da Lei 6.404/76, os valores a receber de longo prazo, quando acordado comercialmente em parcelas superiores a 12 meses, são ajustados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

São classificados também para o longo prazo os valores a receber, vencidos, que não tem previsão de recebimento, estes valores estão apresentados por seus valores históricos, sem atualização financeira.

A exposição máxima ao risco de crédito da empresa é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como sendo a estimativa de perdas para devedores duvidosos, e que advém da possibilidade da empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas.

A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Movimentação	
Saldo em 31/12/2021	(868.763)
Créditos recuperados no exercício	-
Baixa de Provisão	344.196
Saldo 31/12/2022	(524.566)

Para o exercício de 2022, foi realizada movimentação referente a baixa de constituição de provisão para risco de eventual perda dos valores a receber, uma vez que já não existe possibilidade jurídica para reaver os valores.



PORTO do RECIFE S.A.



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

6. Impostos e Contribuições a Recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Corrente		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	69.434	23.510
INSS a Recuperar	3.341.374	3.315.618
Outros Impostos	82.551	1.008
Total	3.493.359	3.340.136

Os impostos a recuperar são compostos de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e saldos a recuperar de exercícios anteriores. E as contribuições previdenciárias, são partes de recolhimentos indevidos através de GPS, para futuro pedido de compensação ou restituição, e as recolhidas pela DARF de transição para o e-Social, para futuro ajuste de guia.

Os outros impostos apresentaram variação aumentativa, devido a retenções recolhidas sobre nota fiscal de fornecedor que foi substituída após recolhimento dos impostos.

Não houve registro de crédito proveniente do diferimento de tributos federais (IRPJ/CSLL) em função da administração não possuir certeza a respeito dos resultados a serem apurados nos próximos exercícios sociais.

7. Empréstimos e Adiantamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a funcionários	103.840	2.886
Adiantamento a Fornecedores	4.200	-
Total	108.040	2.886

O saldo se refere falta de saldo dos funcionários para cobrir os descontos em folha, para futura regularização.

8. PORTUS - Instituto de Previdência Privada

O PORTUS - Instituto de Seguridade Social é uma entidade de previdência complementar que tem por finalidade básica instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário para os trabalhadores portuários. O saldo a receber em 31/12/2022 de R\$ 2.282.712, correspondente a pagamentos da Previdência Privada de funcionários da CODERN - COMPANHIA DAS DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE, realizados pela Porto do Recife S/A, conforme Convênio de Delegação n° 02/2001, entre a União (Ministério dos Transportes), com interveniência da CODERN e o Estado de Pernambuco, com a interveniência do Porto do Recife S/A.

Os valores a receber decorrentes destes créditos estão mensurados pelo custo. Tendo em vista a impossibilidade de se reunir informações válidas a um custo viável, esses não foram ajustados a valor presente pelo custo amortizado.

Praça Comunidade Luso Brasileira, 70 – Bairro do Recife – Recife – PE • PABX: 81 3419.1900 • FAX: 81 31831900
portodorecife@portodorecife.pe.gov.br • www.portodorecife.pe.gov.br

14

CARLOS ALBERTO
ALVES DE
ALMEIDA:33883610453
3

Assinado de forma digital por
CARLOS ALBERTO ALVES DE
ALMEIDA:33883610453
Dados: 2023.04.26 15:20:14
+03'00'



PORTO do RECIFE S.A.



A Porto do Recife S/A entende que o Convênio de Delegação foi editado considerando-se não a transferência, mas sim a cessão de empregados da CODERN para a empresa Porto do Recife S/A, voltando a pertencer ao quadro de empregados da CODERN, o que ensejou o questionamento judicial conforme processo nº 50000.005035/99-26, datado de 06/12/2007.

9. Imobilizado

Movimentação dos Saldos	Vida útil média estimada	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido em 31/12/2022	Líquido em 31/12/2021
Veículos	5 anos	20%	72.488	(72.488)	-	-
Móveis e utensílios	10 anos	10%	1.930.765	(1.921.449)	9.316	141.298
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%	2.990.737	(1.453.500)	1.537.237	1.475.842
Computadores e Periféricos	5 anos	20%	273.268	(218.983)	54.285	59.656
Saldo em 31/12/2022			5.267.258	(3.666.420)	1.600.838	1.676.796

Movimentação dos Saldos	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Total
Saldo em 31/12/2021	-	141.298	1.475.842	59.656	1.676.796
Adições (+)	-	2.535	100.729	17.146	120.410
Baixas (-)	-	-	-	-	-
Depreciação (-)	-	(134.516)	(39.334)	(22.518)	(196.369)
Saldo em 31/12/2022	-	9.317	1.537.237	54.285	1.600.838

Em 01 de Janeiro de 2015, os ativos imobilizados relacionados às operações da Porto do Recife S/A (Defensas, Instalações, Pavimentações e Imobilizado em Andamento) foram convertidos em Ativos Intangíveis de Concessão, haja vista que tais ativos foram construídos mediante Contrato de Concessão celebrado entre a União Federativa do Brasil (poder concedente) e a Porto do Recife S/A (concessionário).

10. Intangível

Descrição	Taxas médias anuais de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido em 31/12/2022	Líquido em 31/12/2021
Software	12%	138.481	(105.843)	32.638	49.802
Saldo em 31/12/2022	-	138.481	(105.843)	32.638	49.802

Movimentação dos Saldos	Software
Saldo em 31/12/2021	49.802
Adições (+)	-
Baixas (-)	-
Amortização (-)	(17.164)
Saldo em 31/12/2022	32.638

11. Intangível de Concessão

Descrição	Tempo de Concessão	Custo	Amortização Acumulada	Líquido em 31/12/2022	Líquido em 31/12/2021
Defensas	25 anos	4.927.885	(4.082.256)	845.629	1.093.130
Instalações	25 anos	143.802.904	(110.550.105)	33.252.800	45.657.486
Pavimentações	25 anos	13.849.620	(13.849.620)	-	-
Intangível em Andamento	-	4.989.233	-	4.989.233	4.989.233
Saldo em 31/12/2022		167.569.642	(128.481.981)	39.087.661	51.739.849

Movimentação dos Saldos	Defensas	Instalações	Pavimentações	Intangível em Andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	1.093.130	45.657.486	-	4.989.233	65.353.813
Adições (+)	-	-	-	-	-
Baixas (-)	-	-	-	-	-
Amortização (-)	(247.501)	(12.404.686)	-	-	(13.613.964)
Saldo em 31/12/2022	845.629	33.252.800	-	4.989.233	30.087.662

Nestes tipos de contratos, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Na Porto do Recife S/A, o prazo acordado da concessão é de 25 anos, sendo este o prazo utilizado para o cálculo da amortização dos referidos direitos.

O intangível de concessão está composto pelos valores repassados pelo Governo do Estado de Pernambuco, acionista controlador, e pela União, ambos com a finalidade de custear obras contratadas pela Porto do Recife S/A.

12. Fornecedores

Os saldos demonstrados abaixo estão representados por obrigações com fornecedores diversos, provisionados pela transferência da propriedade das aquisições:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	7.370.874	7.651.052
Circulante	5.338.377	5.058.554
Não Circulante	2.032.498	2.592.498

Desde o exercício de 2015, a Administração da Porto do Recife S/A decidiu transferir parte dos saldos até então mantidos no passivo circulante para o passivo não circulante em função de não haver previsão para a liquidação dos referidos valores a curto prazo.

No exercício de 2022, existiu uma redução no saldo devedor, devido a continuidade de pagamento dos acordos realizados junto a fornecedores na justiça, quitando débitos antigos.



PORTO do RECIFE S.A.



13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Obrigações trabalhistas e previdenciárias	31/12/2022	31/12/2021
Ordenados e salários a pagar	40.305	19.292
Provisões de férias e encargos	1.472.985	1.011.181
INSS	3.215.025	5.337.230
INSS Parcelado	2.362.856	1.776.806
FGTS	75.786	53.451
PORTUS	693.084	1.035.901
Outros	3.164	4.500
Total	7.863.204	9.238.361

O saldo sofreu uma variação diminutiva comparado ao exercício de 2021, essa redução tem como principal causa, o parcelamento do INSS a recolher.

Devido as dificuldades financeiras que a empresa vinha passando, foi acumulado débitos junto a previdência, estando pendente de recolhimento do INSS sobre folha de pagamento e a contribuição para previdência privada da PORTUS. Os débitos de INSS foram parcelados no exercício de 2022, estando a Porto do Recife S/A em dias com suas obrigações previdenciárias.

14. Obrigações Fiscais a Recolher

Correspondem aos saldos de tributos próprios, retidos de terceiros, outros impostos e taxas e multas por infrações.

A variação aumentativa teve como principal motivo a inclusão no parcelamento de multa gerada por um auto de infração trabalhista junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Os tributos em atraso que entraram para o parcelamento, tiveram redução de juros, multa e encargos.

Obrigações Fiscais a Recolher	31/12/2022	31/12/2021
PIS	45.971	32.318
COFINS	211.745	136.373
ISS – Próprio e Retido na Fonte	161.787	135.002
Tributos Federais Retidos na Fonte	1.343.148	1.728.389
Tributos Parcelados - PGFN	3.855.766	1.890.411
Total	5.618.416	3.922.493

15. PORTUS Instituto de Seguridade Social

O saldo em 31/12/2022 de R\$ 1.020.434 se refere ao montante das contribuições patronais ao plano de benefícios PORTUS, a pagar junto a PORTUS — Instituto de Seguridade Social (parte dos valores relativos aos anos de 2011 a 2014).

Praça Comunidade Luso Brasileira, 70 – Bairro do Recife – Recife – PE • PABX: 81 3419.1900 • FAX: 81 31831900
portodorecife@portodorecife.pe.gov.br • www.portodorecife.pe.gov.br

17

CARLOS ALBERTO
ALVES DE
ALMEIDA:33883610453

Assinado de forma digital por
CARLOS ALBERTO ALVES DE
ALMEIDA:33883610453
Dados: 2023.04.26 15:19:48 -03'00'



PORTO do RECIFE S.A.



16. Débitos Fiscais e Previdenciários

16.1 Parcelamento Previdenciário – CODERNE

O Convênio de Delegação n° 02/2001, datado de 31.05.2001, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, com a interveniência da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN e o Estado de Pernambuco, com a interveniência da sociedade de economia mista Porto do Recife S.A. teve como finalidade a transferência da administração do Porto Organizado do Recife da União, por intermédio da CODERN, para o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio do Porto do Recife S/A.

O Convênio estabeleceu ainda que a CODERN promovesse o levantamento do Balanço Patrimonial e Demonstrações financeiras do Porto Organizado do Recife, e transferisse todos os direitos e obrigações para o Porto do Recife S/A.

O saldo em 31/12/2020, no valor de R\$ 643.548 refere-se a débitos previdenciários, relativos a parcelamento de INSS proveniente do período anterior a assunção pela Porto do Recife S/A das atividades do Porto do Recife, cuja manutenção no passivo da empresa decorre destes se encontrarem em processo de discussão na esfera administrativa junto a Companhia antecessora, sem prazo estimado para a sua resolução.

16.2 Parcelamento Previdenciários e Tributários

Em janeiro de 2020 o Porto do Recife S.A., realizou um parcelamento convencional na PGFN dos débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Folha de Pagamento. O debito total atualizado era de R\$ 286.731, divididos em 60 parcelas.

Em dezembro de 2020, a empresa aderiu a negociação de transação individual dos débitos previdenciários na PGFN, conforme Lei 13.988/2020 e Portaria PGFN 9.917/2020. Na negociação, o saldo devedor foi dividido em 60 parcelas e foi recebido desconto de 100% no valor das multas, juros e encargos. O valor dos débitos atualizados era de R\$ 13.512.894, havendo uma redução de 34% na negociação, gerando uma economia de financeira de R\$ 4.625.863.

Aderindo também a negociação de transação individual foram parcelados os demais débitos na PGFN, conforme Lei 13.988/2020 e Portaria PGFN 9.917/2020. Na negociação o saldo devedor foi parcelado em 84 parcelas com desconto de 100% no valor das multas, juros e encargos. O valor dos débitos atualizados era de R\$ 20.643.456, havendo uma redução de 36% na negociação, gerando uma economia de R\$ 7.410.579.

No exercício de 2022, foi incluída a Transação Individual PGFN – Demais Débitos, multa por infração trabalhista, devido essa adesão, o saldo do parcelamento não reduziu.

Em julho de 2022 foi realizado um parcelamento simplificado do INSS a recolher do exercício de 2021, após a entrega das declarações e reconhecimento dos débitos que estavam pendentes devido a falta de entrega do e-social.

Praça Comunidade Luso Brasileira, 70 – Bairro do Recife – Recife – PE • PABX: 81 3419.1900 • FAX: 81 31831900
portodorecife@portodorecife.pe.gov.br • www.portodorecife.pe.gov.br

18

CARLOS ALBERTO ALVES DE ALMEIDA:33883610453
Assinado de forma digital por CARLOS ALBERTO ALVES DE ALMEIDA:33883610453
Data: 2023.04.26 15:19:38 -03'00'



PORTO do RECIFE S.A.



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento Convencional PGFN – IRRF	114.692	172.039
Parcelamento Transação Individual PGFN – Demais Débitos	11.202.529	11.184.931
Parcelamento Transação Individual PGFN – Débitos Previdenciários	5.330.419	6.959.158
Parcelamento Simplificado RFB – Débitos Previdenciários	1.629.070	-
Circulante	6.142.655	3.667.218
Não Circulante	12.134.055	14.648.910

Os saldos apresentados, representam o total de parcelas a vencer em 31/12/2022.

17. Provisão Para Contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	4.645.990	9.223.317	13.869.307
Adições (+)	-	-	-
Baixas (-)	912.428	-	-
Saldo em 31/12/2022	3.733.562	9.223.317	12.956.879

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de Natureza Trabalhista	3.733.562	4.645.990
Provisões de Natureza Cível	9.223.317	9.223.317
Saldo em 31/12/2022	12.956.879	13.869.307
Circulante	-	-
Não Circulante	12.956.879	13.869.307

As Provisões são compostas por processos cíveis e trabalhistas. A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, optou por reconhecer as contingências julgadas como suficientes para cobrir àquelas contingências classificadas por seus assessores com o prognóstico de perda, sobre os processos atualmente em andamento, como "provável", conforme saldos acima apresentados.

A administração decidiu contabilizar todas os processos com prognósticos de provável pelo valor atualizados e com seus valores históricos quando não se tem segurança na mensuração dos valores. Não foram contabilizados os processos que já apresentava um passivo contabilizado.



PORTO do RECIFE S.A.



18. Patrimônio Líquido

18.1 Capital Social

O capital social autorizado em 31/12/2022 limite de aumento de até R\$ 320.000.000 (trezentos e vinte milhões de reais).

O capital social subscrito e integralizado em dezembro de 2022 é de R\$ 205.862.946 (duzentos e um milhões, trezentos e sessenta e dois mil e novecentos e quarenta e seis reais) dividido em ações nominativas de valor nominal de R\$ 1,00, sendo 68.620.982 (sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte mil e novecentos e oitenta e duas) ações ordinárias e 137.241.964 (cento e trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e quatro) ações preferenciais. O Governo do Estado de Pernambuco é o acionista controlador possuidor de 99,9999% das ações ordinárias e das ações preferenciais da Sociedade.

18.2 Reservas de Capital

O saldo de R\$ 11.2200.000 refere-se a valores recebidos do acionista controlador Governo do Estado de Pernambuco no exercício de 2022, destinados ao financiamento do custeio do Porto e para investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados a título de aporte para aumento de capital. Não existe formalização do compromisso e data estabelecida através de assembleia, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos.

18.3 Reserva de lucros

Reserva de incentivos Fiscais

O saldo de R\$ 35.345.671 refere-se a valores repassados pela União com a finalidade de custear obras contratadas pelo Porto do Recife S/A, sob o formato de subvenções para investimento.

18.4 Lucros ou Prejuízos Acumulados

Está composto pelos resultados acumulados de exercícios anteriores ajustados, acrescidos ou deduzidos do resultado do exercício corrente.

O resultado do exercício de 2022, correspondente a um prejuízo no montante de R\$ 19.834.636, composto principalmente, pelo resultado negativo das operações do referido exercício, adicionado aos acordos na justiça trabalhista e cíveis.

19. Plano de Pensão

O Porto do Recife S/A, é patrocinado, juntamente com outras companhias do sistema Portuário Nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de riscos a funcionários (Plano de Benefícios Portus 1 — PBPI), através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sujeita às normas expedidas pela



PORTO do RECIFE S.A.



Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da previdência social. Os benefícios pagos pelo PORTUS são reajustados anualmente pela variação do INPC.

De acordo com a resposta do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, evidenciada em sua correspondência Carta Interv — Coratu nº 006.001526.2015-0, datada de 29/07/2015, o cálculo da provisão atuarial, relativa a contribuição da Porto do Recife S/A ao referido plano de suplementação, é realizado por atuários contratados pelo PORTUS e segue o disposto nos normativos da PREVIC e do BACEN, sendo calculado com base no método "agregado", o qual possuem critérios de mensuração divergentes e difere do método requeridos pelas IFRS, correspondente ao método do "Crédito Unitário Projetado".

Em decorrência do Convênio de Delegação n° 02/2001, datado de 31.05.2001, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, com a interveniência da CODERN — Companhia Docas do Rio Grande do Norte e o Estado de Pernambuco, com a interveniência da sociedade de economia mista Porto do Recife S/A, a Porto do Recife S/A assumiu a obrigação para com o passivo atuário do Plano acima citado relativo, exclusivamente, aos valores dos colaboradores oriundos da sua antecessora e daqueles que, posteriormente, ingressaram no quadro de colaboradores da Porto do Recife S/A. Apesar da restrição da referida obrigação advinda do Convênio de Delegação, o PORTUS vem informando a parcela do passivo atuário do citado Plano, correspondente a responsabilidade da Porto do Recife S/A, como sendo o montante relativo a todos os colaboradores que atuavam, sob a responsabilidade da CODERN, nas operações do Porto Organizado do Recife. Como consequência, a Porto do Recife S/A ingressou com um questionamento na esfera judicial, cujo objeto é o questionamento da base de cálculo que o PORTUS vem adotando para atribuir a parcela do passivo atuarial do PBPI à Porto do Recife S/A.

Em função da indisponibilidade dos recursos necessários à contratação dos serviços atuariais necessários ao cálculo da provisão atuarial de acordo com os critérios de mensuração dispostos nas IFRS, por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2022, e diante da discussão, na esfera jurídica, sobre o real montante da contribuição e respectiva provisão atuarial devida pela Porto do Recife S/A ao citado plano de suplementação gerido pelo PORTUS, a Administração da empresa concluiu pela viabilidade de contabilização do valor histórico da ação devido a não mensuração segura da citada provisão atuarial de acordo com o disposto nas IFRS.



PORTO do RECIFE S.A.



20. Instrumentos Financeiros

O Porto do Recife S/A efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa: Estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivalem ao seu valor contábil. As aplicações financeiras, incluídas no grupo de contas disponibilidades, são classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

(b) Clientes: Decorrem diretamente das operações do Porto do Recife S/A., são classificados como empréstimos e recebíveis, sujeitos a provisão para perdas.

(c) Fornecedores: Decorrem, principalmente, de transações realizadas com terceiros para aquisição de equipamentos, peças e serviços, com preços praticados a valor de mercado.

O Porto do Recife S/A. não possui operações de hedge, swap ou quaisquer operações envolvendo derivativos.

21. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	30.680.020	26.778.161
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	4.119.780	4.856.585
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	891.049	715.136
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	4.423.079	5.237.269
Receitas de Armazenagem	10.489.058	7.067.514
Receitas por Diversos Padronizados	1.768.512	1.671.807
Receitas com Contratos de Arrendamento	5.715.246	4.426.951
Receitas - Patrimoniais Dentro da Área do Porto Organizado	3.273.297	2.802.899
Deduções da receita bruta	(3.419.184)	(2.922.583)
(-) Descontos Incondicionais e Vendas Canceladas	-	-
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas	(3.419.184)	(2.922.583)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.260.836	23.855.578

As deduções da receita bruta de serviços contemplam os impostos referente ao ISS, PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento e também os descontos/abatimentos incondicionais e cancelamentos das vendas.



PORTO DO RECIFE S.A.



22. Custos dos Serviços Prestados

CUSTOS DO SERVIÇO	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e Encargos	4.667.273	4.106.071
Serviços Prestados por Terceiros	1.401.302	829.583
Depreciação/Amortização	12.657.151	13.618.928
TOTAL	18.725.725	18.554.582

Os custos registram os valores gastos com remuneração e encargos do pessoal do pessoal da operação e manutenção, bem como os gastos considerados como insumos, tais como; energia elétrica, material de consumo, manutenção de bens e instalações da operação, locação de mão-de-obra para operação e manutenção, impostos e taxas, depreciação, entre outros.

A empresa ainda está implantando uma política de critérios de reconhecimento dos custos, devido mudança de sistema operacional ainda não foi realizada uma revisão de apropriação dos custos.

23. Despesas Gerais e Administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e encargos	9.211.394	7.467.250
Consumo de Materiais	329.846	355.110
Serviços de Terceiros	5.571.172	5.438.338
Impostos e Taxas	1.900.638	1.515.315
Depreciação	208.569	257.742
Demais Despesas Gerais	9.853.861	2.667.463
TOTAL	27.075.478	17.701.219

As despesas gerais e administrativas registram os valores gastos com remuneração e encargos do pessoal da administração, energia elétrica, telefonia, material de consumo, expediente, manutenção de bens e instalações, locação de mão-de-obra administrativo, impostos e taxas, depreciação, entre outros.

A variação aumentativa teve como principal motivo acordos trabalhistas e cíveis que geraram um aumento de aproximadamente 10 milhões na despesa do exercício.

Quanto ao reconhecimento dos custos e despesas na mudança de sistema operacional, ainda não foi definido pela administração qual critério vai ser utilizado para o reconhecimento.



PORTO DO RECIFE S.A.



24. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários	444.122	429.600
Líquido Provisões para Contingências / Reversão	912.428	(4.908.024)
Outras Receitas	-	-
Outras Despesas	(891.257)	(570.672)
TOTAL	465.293	(5.049.095)

Representada pelas receitas de créditos na apuração de PIS e COFINS, Líquido de Provisão para Contingência, outras despesas compostas por Provisão para Devedores de Liquidação Duvidosa.

25. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	189.106	6.547
Despesas financeiras	(1.948.668)	(2.462.163)
TOTAL	(1.759.562)	(2.455.616)

A receita financeira apresentou uma variação aumentativa devido rendimento financeiro do recurso recebido para investimento.

A despesa financeira sofreu uma redução, uma vez que os débitos fiscais foram pagos ou parcelados, reduzindo a despesa com juros e encargos.

26. Resultado Não Operacional

No exercício de 2022 a empresa não apresentou resultado não operacional.

27. Informação Complementar

Informações complementares de Interesse Público – Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso VI.

No exercício de 2022 o Porto do Recife S.A, recebeu valor de R\$ 11.220.000,00 referente aporte de capital, do acionista Governo do Estado de Pernambuco, para investimento e modernização das instalações portuárias.

Recebimento do recurso no valor de R\$ 28.284.751,67 (vinte oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), referente ao Termo de Compromisso 869/2019 para execução de obras de dragagem de manutenção, serviços de



PORTO do RECIFE S.A.



manutenção e serviços de supervisão a serem realizados no Porto Organizado de Recife, no Estado de Pernambuco. O termo de compromisso foi entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e o Estado de Pernambuco, sendo o Porto do Recife S/A a Unidade Interveniente Executora. Todo recurso recebido foi aplicado na obra e os valores prestado contas, aguardando aprovação da prestação de contas para incorporação da obra ao Patrimônio do Porto do Recife S/A.

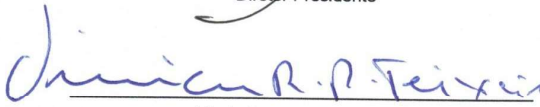
A não ser por esses montantes, todo recurso recebido foi oriundo das operações da empresa.

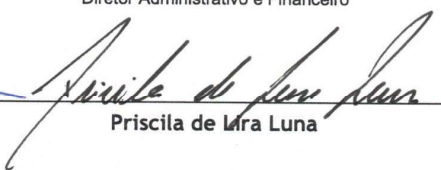
Recife, 31 de dezembro de 2022


Tito Lívio de Moraes
Diretor Presidente

CARLOS ALBERTO
ALVES DE
ALMEIDA:33883610453
Assinado de forma digital por
CARLOS ALBERTO ALVES DE
ALMEIDA:33883610453
Dados: 2023.04.26 13:44:20 -03'00'

Carlos Alberto Alves de Almeida
Diretor Administrativo e Financeiro


Vinicius Rocha Pinon
Diretor Técnico


Priscila de Lira Luna